

Ainda bem que a nota técnica da Polícia Civil e as emendas foram incorporadas ao texto original, senão, teríamos cometido aqui um verdadeiro absurdo: cada vez mais censurar a atividade policial, com profunda contaminação ideológica, com esse discurso que acabei de ouvir, sempre criminalizando a atividade policial, sempre culpando a polícia por todas as mazelas que acontecem. Na verdade, deveriam estar aqui reconhecendo a importância da polícia, de todas as polícias e forças de segurança, como última fronteira do caos.

O meu mandato é vocacionado para essa turma aqui: Polícia, Recom, Bope e Batalhão de Choque, que estão nas ruas nos salvando. É muito bonito ver a Deputada falar de criança...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputado Rodrigo Amorim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Toda nossa consternação e nossa solidariedade àqueles que são vítimas, Sr. Presidente, mas me permita trazer à baila aqui o caso do menino João Hélio, que foi arrastado por cinco bairros. O vagabundo que matou o João Hélio está solto hoje, na condicional, sem tornozeleira eletrônica. O que percebo dessa esquerda que defende bandido é um silêncio ensurdecedor. Ninguém fala disso, ninguém vai se solidarizar com a família do João Hélio, que foi arrastado. Só ficam aqui defendendo vagabundo, defendendo bandido e atacando as forças policiais.

Sempre terão o meu voto 'não'. Eu não vou aceitar mimimi da esquerda, mimimi da Deputada Renata Souza, que só abre a boca para atacar a polícia...

A SRA. RENATA SOUZA - Fui citada, Sr. Presidente. Exijo resposta.

O SR. RODRIGO AMORIM - Citei e...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Rodrigo Amorim, termine, por favor.

Eu não vou lhe conceder a palavra, Deputada Renata Souza. V.Exa. falou por mais de cinco minutos.

Encerre, por favor, Deputado Rodrigo Amorim, o seu discurso. Há mais seis Deputados inscritos. V. Exa. está sem som, Deputado Rodrigo Amorim.

A SRA. RENATA SOUZA - Gostaria que V.Exa. me concedesse direito de resposta. Fiz a minha declaração de voto...

O SR. RODRIGO AMORIM - Respeite-me. Fale no momento que for autorizada pelo Presidente, Deputada. Não tente ganhar no grito. Comigo não vai ganhar no grito...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Por gentileza, se continuarem assim, vou cortar o som dos dois Parlamentares. Conclua, por favor, Deputado Rodrigo.

O SR. RODRIGO AMORIM - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Estão inscritos para declarar voto os Deputados Márcio Gualberto; Capitão Paulo Teixeira; Alexandre Knoploch; Mônica Francisco; Enfermeira Rejane; Delegado Carlos Augusto; Coronel Salema; Flávio Serafini e Luiz Paulo. Tem a palavra, para declaração de voto, o Sr. Deputado Márcio Gualberto.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO (Para declaração de voto) - Sr. Presidente, boa tarde. Primeiramente, quero saudar todos os agentes da área de Segurança pública, que nos defendem, que nos protegem, mas que, infelizmente, não são valorizados, não são cuidados, não são respeitados como deveriam. Infelizmente.

Hoje, de forma lamentável, nós estamos vendo, mais uma vez, esse gesto, que chega a ser até mesmo ofensivo para com os policiais e para com os agentes de Segurança pública, por meio deste PL, que infelizmente foi aprovado e no qual votei contrariamente. É o PL da tentativa de desmoralização policial. Ele só poderia ter saído de uma mente revolucionária, sem dúvida alguma.

Eu ouvi bem o que foi dito até agora; ouvi falar sobre anormalidade. Eu reconheço duas anormalidades, como inspetor da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com muito orgulho, há mais de 17 anos. Há duas anormalidades que nós, policiais, reconhecemos. A primeira é quando morrem inocentes e outra, também igualmente importante e traumática, é quando morrem policiais. Essas são as duas anormalidades que nós, policiais, reconhecemos.

É uma tentativa, por meio do PL, de criar um policial com consciência social. Enquanto adentra numa comunidade dominada pelo tráfico, ele tem que cantar uma música do John Lennon, soltar pombinhas brancas, dançar ciranda. É isso o que eles querem; é isso que os esquerdistas desejam: que os policiais tomem tiros e, enquanto isso, soltem pombas, cantem músicas do John Lennon e dançam ciranda. Não é possível! Isso é inaceitável!

Esse Projeto de Lei parte do princípio de que o policial age ao arropio da lei; age à margem da lei. É um Projeto discriminatório e preconceituoso. É isso que esse Projeto é. Ele implode a presunção de inocência do policial; ele é redundante porque, na maioria dos seus artigos, tudo aquilo que ele está exigindo já ocorre na prática.

As forças policiais, além das leis, seguem protocolos rigorosíssimos e muito rígidos, em conformidade com as leis existentes no país. Eu também...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputado Márcio.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Também ouvi de uma Deputada socialista, Sr. Presidente, que morreram 1800 pessoas. Ela só não nos disse se dentre esses 1800 pessoas que morreram, aparentemente em confronto com a Polícia, se todas eram inocentes. E os policiais que estão morrendo? Nenhuma palavra. E os traficantes que estão matando, espartilhando, esturpando? Nenhuma palavra. E sobre os ladrões que assaltam trabalhadores e levam o salário inteiro quando a pessoa sai do banco? Nenhuma palavra. E sobre aqueles que viciam jovens, crianças, que destroem famílias? Nenhuma palavra. Silêncio absoluto.

Até quando essa hipocrisia vai reinar? Ninguém aguenta mais isso...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputado Márcio.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Quero dizer para os agentes da Segurança pública que o meu mandato está ao lado deles, que são honrados, que são honestos, que se dedicam e que se sacrificam todos os dias por todos os cidadãos, até mesmo por aqueles que estão contra eles. Que Deus abençoe as forças de Segurança do nosso Estado e do nosso país. Força e honra! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Capitão Paulo Teixeira. V.Exa. tem três minutos.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, esse projeto é extremamente polêmico. Eu votei contra. Primeiramente, porque no Rio de Janeiro não sabemos se vivemos num estado de guerra, de guerrilha urbana, de terrorismo, seja lá o que for, mas sabemos que não é violência urbana. Aqui nós só não convivemos com violência urbana. É o limite entre guerrilha urbana e terrorismo; só não é violência urbana.

Por não ser violência urbana, a Polícia Civil, a Polícia Militar e até os militares das Forças Armadas, quando entram nesse confronto, certamente têm que agir para inabilitar ou inutilizar aquele que está do outro lado: o terrorista, um guerrilheiro, ou alguém que certamente não faz parte do ambiente, do contexto de guerrilha urbana.

Não adianta, por exemplo, queremos comparar a polícia do Rio de Janeiro com a polícia dos Estados Unidos, de Londres, de Paris, de Madri, de Lisboa, porque aqui o policial, civil, militar ou mesmo os militares das Forças Armadas, enfrenta os opositores totalmente armados com armas de guerra - fuzil 762, AK-47, M-16 -, que lançam até rojão para derrubar aeronave, que utilizam granada. O policial militar enfrenta com uma pistola um bandido fortemente armado.

Sr. Presidente, nós vivemos num estado de terror, num estado de esculhambação, num estado de terrorismo, e não adianta virmos para cá tentar satanizar, demonizar o policial, que talvez por um ato de desatenção ou por um tiro errado atinge um inocente.

Sr. Presidente, para finalizar a minha narrativa, o meu discurso, eu fico imaginando a situação de um policial militar que, às 18 horas, num patrulhamento cotidiano, se depara com um cidadão portando uma faca de cozinha, que, ao ver o policial, se agarra a uma senhora grávida, num beco sem saída, e aponta a faca na direção da barriga daquela senhora; ao mesmo tempo, ele saca um revólver 38...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço concluir, por favor, Deputado.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - ...e aponta o revólver 38 para o policial e para a barriga daquela senhora grávida. Aquele policial, Sr. Presidente, tem duas opções: ou ele dá um tiro e mata aquele bandido, aquele assassino, aquele criminoso, ou ele simplesmente pede pelo amor de Deus e se livra, vai embora e deixa aquela senhora na mão daquele bandido. Se ele decide salvar a vida daquela senhora, aponta o seu fuzil para a cabeça daquele criminoso, dá um tiro de 762, abre a cabeça daquele criminoso e aquele defunto cai, esvaindo-se em sangue. Diante daquela cena terrível, aquela senhora sofre um aborto espontâneo e, quem sabe, com pressão alta, sofre um aneurisma cerebral...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço concluir, por favor.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - ...e morre diante daquela situação. Morrem a senhora, o bebê e o bandido. Daqui a alguns meses, o policial estará diante do homem da capa preta, do juiz, e um promotor, tentando convencer o júri popular, vai dizer: "Olha, esse policial matou um homem que estava com uma faca de cozinha e, por conta do tiro que aquele homem que estava com a faca de cozinha levou, aquela senhora também morreu e perdeu aquele bebê. Esse desgraçado merece perder a sua farda e passar o resto da sua vida atrás das grades". Então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Para encerrar, este projeto amordaça o policial militar. Se sou eu, Sr. Presidente, que me vejo numa situação dessa, vou refletir: "Mato esse bandido para salvar a vida daquela senhora ou penso na minha esposa e nas minhas duas filhas? Se matar esse bandido, amanhã poderei estar diante de um juiz, podendo pegar 30 anos de cadeia e perder a minha profissão. Prefiro estar ao lado da minha esposa e das minhas filhas." Ou seja, é um projeto que amordaça o policial militar, o agente da segurança pública.

Sr. Presidente, estamos numa guerra. Infelizmente, numa guerra, morrem inocentes e culpados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Sr. Presidente, vamos falar aqui a realidade: estamos tomados de subversivos, de pessoas que não entendem nada de segurança pública e de pessoas que querem botar a ideologia acima de tudo. Falar de pessoas feridas pelo Samu é um absurdo, é uma aberração. Ou alguém acredita que o Samu vai entrar no Complexo do Alemão, no Complexo da Maré ou em qualquer outro lugar no meio do confronto?

Quem salva as pessoas feridas, em 90% das vezes, são os próprios policiais militares, que estão nas comunidades, as retiram e levam para os hospitais. Colocar isso no projeto é uma aberração! São pessoas que não têm a menor ideia do que é a atividade policial, que nunca entraram numa Patama, que nunca fizeram uma incursão com o GAT e vêm fazer um projeto que é um absurdo, uma aberração como essa.

Ontem, fomos fazer um vídeo na Central do Brasil, perto do Terminal Américo Fontenelle, ao lado do Morro da Providência, e fomos recebidos a bala, a tiros. Esses mesmos "coitadinhos", essas mesmas "vítimas do Estado", os quais os Deputados e Deputadas, principalmente do PSOL - Deputado Marcelo Freixo, a sua pupila, Deputada Renata Souza -, ficam defendendo, são vagabundos, marginais que deveriam estar mortos. Esses mesmos foram os que atraíram em nós.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Acho engraçado que inúmeros projetos da esquerda venham à pauta sempre contra a polícia, sempre contra as forças de segurança pública. Já um projeto de minha autoria, o Projeto de Resolução Bala de Prata, que condecora policiais que fazem o seu trabalho, não veio à pauta, Sr. Presidente, até hoje. É um projeto do início do meu mandato que não veio à pauta, um projeto de resolução, enquanto esses projetos absurdos e arbitrários vêm.

Para concluir, Sr. Presidente, veja aqui o meu capacete da Polícia Militar. Eu gostava desse tempo, quando não havia 'caô', não. Entrava na favela, pegava os vagabundos e arregaçava. Hoje em dia há muito mimimi aí.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Continua a Deputada Renata Souza defendendo vagabundos. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Mônica Souza.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Não há problema, não. Não sou Souza, não, mas sou Santos e Francisco.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Perdão, Deputada Mônica Francisco.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Estamos querendo acalmar os ânimos.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO (Para discutir a matéria) - Imaginei, Sr. Presidente.

O assunto é polêmico, difícil. Saúdo V.Exa., o Deputado Carlos Minc também, os Deputados e Deputadas que me antecederam, que trouxeram números, como a Deputada Renata Souza, o Deputado Waldeck Carneiro, que foram muito eficientes na sua fala, a Deputada Martha Rocha também.

Há muitos equívocos em nossa sociedade, não é? Primeiro, há essa narrativa da guerra, desnecessária, porque não estamos em estado de guerra. O que há é uma guerra contra os pobres e as classes populares. Nossa sociedade é violenta, a sociabilidade violenta.

O Estado brasileiro não fez a sua lição de casa e não se retratou com as feridas do passado. Nós saímos de 21 anos de trevas, de uma ditadura que torturou, que matou, com uma polícia política, a serviço da tortura, que, por sinal, é ovacionada hoje, ainda, em 2020, século 21 - torturadores como o Ustra e tantos outros são ovacionados, até em Casas Legislativas, no Parlamento brasileiro. Saímos desses 21 anos com uma polícia que não se democratizou. Há uma discussão enorme: ou refundamos a sociedade ou refundamos as polícias.

Esse é o momento de provocarmos esse debate, e esta Casa não pode se furta a ele. Esta Casa não pode se furta a um debate sobre polícias que matam, sim, e que morrem, a partir desse discurso de uma guerra inexistente, porque o que há é uma guerra aos pobres, sim.

Falam que atacamos as polícias, que as polícias são atacadas. Esse é um discurso mentiroso, equivocado. Muito pelo contrário. O que nós defendemos é que mantenham a vida de todas as pessoas.

Nós queremos também fazer uma saudação às mães de vítimas deste Estado, com as quais nós começamos a trabalhar no Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania, para tentar pensar em como diminuir o impacto dessa narrativa que há mais de 30 anos vem produzindo esses números absurdos já trazidos aqui.

Saúdo o Deputado Carlos Minc por apresentar esse projeto, porque ele nos faz uma provocação importante nesse momento em que o mundo inteiro discute a brutalidade das políticas contra as camadas populares. Há um alvo, sim; há uma parcela da população que é mais aviltada na sua cidadania mutilada, como dizia Milton Santos, pelas forças policiais. Há um alvo preferencial. Guilherme, agora, em São Paulo, foi uma resposta dessa brutalidade, e tantos outros. Nós poderíamos citar vários nomes. Há, sim, violência dos grupos armados nesses espaços favelizados, nos espaços de pobreza, nos espaços de vivência das camadas populares, mas esse é o resultado de um Estado omissivo, de um Estado que investe na guerra, não só com figuras deprimentes, depressivas, como esse que está, agora, na cadeira do Governo do Estado, mas também tantas figuras que estimularam a gratificação Faroeste, por exemplo, no ano de 1998, que gratificava a polícia por matar pessoas. Esse é o Estado brasileiro.

Nós precisamos passar a limpo as polícias. Nós precisamos passar a limpo a classe média, as elites deste país, que se beneficiam com a opressão da população mais pobre e mais vulnerabilizada nesse momento.

Existe esse discurso da guerra. E eu não entendo, porque numa hora fazem o discurso de que é preciso ir para o sistema penitenciário, para o sistema de privação de liberdade, para as favelas, para levar a palavra de Deus, para tirar essas pessoas do crime, do tráfico; em outra hora dizem que tem que matar, que tem que dar tiro, que tem que fuzilar. Eu não entendo. É preciso que as pessoas tenham uma coerência no seu discurso.

Por último, quero dizer que esse debate precisa ser feito. É um debate tenso. É um debate difícil. É um debate que, sim, as esquerdas defendem porque, desde a Revolução Francesa...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço concluir, Deputada, por favor.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - ...a esquerda e o pensamento iluminista defendem a vida, defendem, sim, que todas as pessoas tenham a possibilidade de defesa. Estamos no meio de um processo de *impeachment*, e o que mais se fala é direito de defesa. Não há pena de morte no Brasil. O que há é um estímulo para que a polícia mate. Disse muito bem, Deputada Martha Rocha: realmente, eu não vi policial algum comemorar. Mas, por parte de um representante do Judiciário racista, sentado na cadeira do Governo, é que nós vimos saltinhos de alegria e pulos de felicidade, mostrando muito bem quais são os espectros dessa sociedade que babam de alegria quando veem um corpo preto deitado no chão.

Esta Casa precisa, sim, se debruçar, ser provocada sobre esse tema. Todo mundo gosta de copiar os Estados Unidos, mas lá foram passadas a limpo a escravidão, a luta pelos direitos civis, aqui se joga a poeira para debaixo do pano.

É preciso discutir o racismo, o racismo institucional, a brutalidade das polícias no Estado brasileiro, que preferem os corpos negros - sejam de crianças, sejam de mulheres, sejam de jovens -, e precarizamos a vida dessas pessoas todos os dias, porque ninguém se comove.

Se comovemos com o joelho no pescoço de George Floyd, acham bonito os congressistas norte-americanos dobrarem os joelhos em menção à humildade diante da brutalidade policial, acham bonito policiais abraçando as pessoas nas ruas de Minnesota e de outros Estados norte-americanos, mas, aqui, continua o estímulo à brutalidade.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCK - Vinte minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Seu tempo está esgotado, Sra. Deputada. Solicito que conclua.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Falei por vinte minutos, falo, sim, tenho todo o direito de falar, fui eleita assim como V.Exa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero me posicionar a respeito deste PL apresentado pelo Deputado Carlos Minc em 2015, um PL muito discutido nesta Casa. Quero parabenizá-lo por trazer nesse momento, pois é muito importante esse momento político que nós estamos vivendo. Este Projeto, além de fortalecer a perícia técnica, ele responde, de alguma forma, a esse momento que nós estamos vivendo.

Nós estamos vivendo há muito tempo um processo onde tem policiais, sim, policiais brutos, policiais que matam inocentes em tudo quanto é lugar. Assim como tem Deputados ruins, tem policiais ruins, tem Deputadas boas, e tem policiais boas também.

Então, dentro desta Casa, nós temos que parar com esse discurso de que os Deputados de esquerda são contra os policiais. Não: somos a favor dos bons policiais, inclusive, porque todo mundo representa os policiais. Nós estamos aqui representando e representando muito bem mulheres e homens que estão na área da Segurança.

Agora, tem Deputados fascistas, de ideologia de direita e que querem porque querem gritar dentro desta Casa, dentro deste Parlamento, e levar no grito. Mas no grito não vão levar, não vão levar, porque aqui tem representantes do povo, representamos os policiais, os bons policiais, mas representamos também aquela parcela da população que está sendo morta nessas incursões feitas pelos maus policiais. Porque esses nós queremos fora da corporação.

O que está acontecendo é que o Governo bota a mão na cabeça da milícia. Esses policiais que estão na milícia, esses nós queremos fora. Agora, os policiais bons, nós vamos, sim, representá-los.

Então, Deputado Minc, este seu PL garante aos bons policiais a perícia técnica, o registro correto, as intervenções corretas e é desses que nós estamos falando, não daqueles que defendem, aqueles Deputados aqui dentro que têm ideologia, sim, que é uma ideologia de direita, defendida dentro desta Casa, diferente da nossa ideologia que defende o mais pobre, que defende as mulheres, que defende os homens, que defende os negros, que defende os policiais, e que essa ideologia fascista nós temos que enterrar neste País, nós temos que enterrar, temos que banir. Deputada Renata Souza, temos muito orgulho do seu mandato. Sabemos quem V.Exa. está defendendo e, com certeza, não são os fascistas, com certeza não são os milicianos, com certeza não são aqueles policiais que mataram Marielle Franco.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço para concluir, Sra. Deputada.